

POLÍTICA MONETÁRIA

Sucessivos recordes de exportação e sobra de dólares garantem ao Brasil proteção contra possíveis turbulências neste ano eleitoral. Os juros altos também devem ajudar a segurar a cotação do dólar

País se arma contra especulações

VICENTE NUNES E EDNA SIMÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

Os investidores que se arriscaram a especular contra o Brasil, em meio às eleições presidenciais deste ano, pagarão muito caro. É esse o principal recado que renomados economistas têm repassado à clientela, ávida por tentar medir até que ponto as turbulências naturais em um ano de disputa política podem abrir brechas para lucros exorbitantes. A lista de justificativas para sustentar a posição mais confortável do país frente a movimentos especulativos é grande. “A começar pelos excelentes resultados da balança comercial”, diz Nuno Câmara, economista, em Nova York, do banco alemão Dresdner Kleinwort Wasserstein, que passou as últimas três semanas no Brasil conversando com vários integrantes do governo e empresários.

Câmara é claro em seu raciocínio. Com a balança comercial batendo sucessivos recordes — o mês passado foi o melhor janeiro da história do país em termos de exportação —, o fluxo de dólares para o Brasil continuará forte, mantendo as cotações da moeda norte-americana oscilando entre R\$ 2,20 e R\$ 2,30. A oferta maior de dólares permitirá ao Banco Central reforçar ainda mais as reservas cambiais do país, saltando dos atuais US\$ 60 bilhões para mais de US\$ 70 bilhões. Com os cofres abarrotados, a autoridade monetária estará pronta para intervir no mercado a qualquer movimento fora dos eixos.

Para se ter uma idéia mais precisa do poder de fogo do BC contra os especuladores, em 2002, quando o Brasil viveu uma crise de confiança ante à possibilidade do então candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, chegar ao poder, as reservas cambiais líquidas disponíveis para intervenções no mercado somavam menos de US\$ 15 bilhões. Além disso, o país perdeu todas as linhas de crédito internacionais, o que lhe obrigou a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Hoje, não só o Brasil está com muita oferta de crédito — o Tesouro Nacional praticamente comprou no mercado os US\$ 12 milhões para honrar os compromissos de todo o ano de 2006 — como o país zerou antecipadamente toda a sua dívida do FMI.

Custo alto

O economista do Dresdner dá ainda outro exemplo dos instrumentos que o país dispõe para passar ileso ao processo eleitoral: o saldo da conta de transações correntes, que inclui o comércio internacional, os gastos com serviços e juros e as transferências para o Brasil de recursos de brasileiros que trabalham no exterior. Até 2002, o último ano de crise enfrentada pelo país, as transações correntes eram deficitárias. Ou seja, faltava pelo menos 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para que o país fechasse suas contas. Agora, sobra dinheiro, tanto que o Brasil terá em 2006 o quarto ano seguido de superávit nas transações correntes. Portanto, afirma Câmara, será preciso um acontecimento extraordinário — como, por exemplo, a vitória de Anthony Garotinho, pré-candidato do PMDB à Presidência da República — para tirar a tranquilidade dos investidores e provocar uma forte arrancada do dólar.

As barreiras contra a especulação não se restringem, porém, ao front externo. O Brasil continuará tendo, ao longo deste ano, a mais

elevada taxa real de juros. Mesmo que a taxa básica (Selic) caia para 15% até as vésperas da eleição marcada para outubro, os juros reais (que descontam a inflação) ficarão entre 10% e 11%. Trata-se de um senhor custo para quem se arriscar a comprar dólares, apostando na alta da moeda norte-americana. “Carregar dólares ou outro ativo especulativo com juros desse tamanho é desaconselhável. Duvido que os investidores se arrisquem a esse ponto”, diz Câmara. Segundo o economista, o único risco para 2007 é de que o governo não consiga negociar com o Congresso Nacional as reformas cruciais, como a tributária e a flexibilização do mercado de trabalho. Isso impediria um crescimento de 3,5% nos próximos anos.

Menos vulnerável

O economista-chefe para a América Latina do Lehman Brothers, John Welch, concorda com Nuno Câmara. Segundo ele, o Brasil está menos vulnerável a crises do que em 2002, o que deve evitar

fortes baixas ou altas na cotação do dólar e dos ativos negociados na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Além disso, não há expectativa de que o próximo presidente faça uma mudança radical na condução da política econômica. “Não tem possibilidade de rompimento de contratos, como muitos temiam em 2002. Não achava que isso iria acontecer na época, mas muitas pes-

soas esperavam por uma quebra de contrato”, explicou Welch.

De 2003 para cá, o governo brasileiro conseguiu reduzir fortemente a vulnerabilidade externa, diminuindo a dívida indexada ao dólar. Os dois principais motivos são justamente os sucessivos recordes da balança comercial e o cumprimento das metas de superávit primário, dinheiro que o país economiza para pagar os elevados juros da dívida pública. “Pena que este superávit fiscal é baseado no aumento da cobrança de impostos e não no corte de gastos do governo”, afirmou o economista do Lehman Brothers.

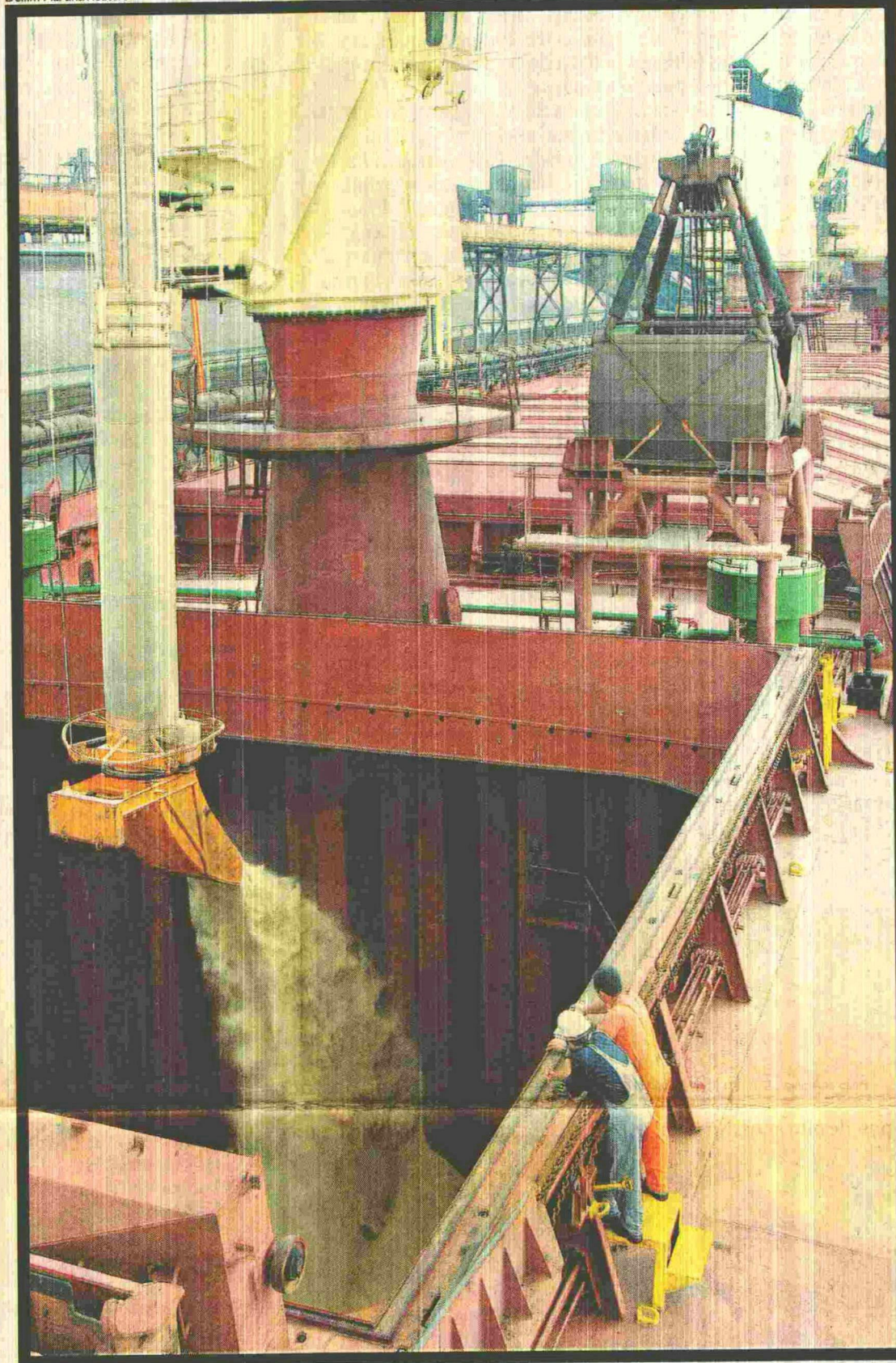
Gastos sob controle

A previsão de maiores gastos neste ano não deve provocar turbulências no mercado. É certo, no entanto, que será reduzida a economia feita pelo governo para pagamento de juros. A folga de superávit primário de R\$ 11 bilhões será consumida pelo reajuste do salário mínimo e contratação de servidores públicos. Economistas acreditam que o superávit primário deverá ficar próximo da meta de 4,25% do PIB. Em 2005, por exemplo, a economia para pagamento de juros representou 4,84% da soma de todas as riquezas do país.

A queda no superávit primário poderá impedir uma redução mais forte da relação dívida/PIB, que fechou 2005 em 51,6%. Os investidores olham muito para este número porque ele mostra a capacidade de um país honrar seus compromissos. Segundo Welch, controlar a evolução da dívida pública será o maior desafio do próximo governo.

Para a economista-chefe do BES Investimentos, Sandra Utsunomi, o “combustível para especulação está limitado” porque o país vive uma nova configuração das contas externas. “Sempre tem espaço no mundo para fazer este tipo de aposta. Mas fica difícil apostar contra um país que tem apresentado melhora em seus fundamentos econômicos”, ressaltou Sandra.

Delfim Martins/Reuters



EXPORTAÇÕES RECORDES TÊM ATRAÍDO MUITOS DÓLARES PARA O BRASIL E MANTIDO O REAL VALORIZADO

NOVOS DESTINOS

Pequenos se destacaram nas exportações brasileiras em 2005*

País	Valor comprado (em US\$ bilhão)
Chile	US\$ 3,6
Japão	US\$ 3,5
Itália	US\$ 3,2
Rússia	US\$ 2,9
Inglaterra	US\$ 2,6
França	US\$ 2,5
Venezuela	US\$ 2,2
Bélgica/Luxemburgo	US\$ 2,2
Espanha	US\$ 2,2
Canadá	US\$ 1,9
Coreia do Sul	US\$ 1,9
Bahamas	US\$ 1,5
Colômbia	US\$ 1,4
África do Sul	US\$ 1,4
Arábia Saudita	US\$ 1,2

Crescimento das exportações com a diversificação*

País	Valor (em US\$ milhão)
México	100
Chile	1.100
Japão	700
Itália	300
Rússia	1.300
Inglaterra	500
França	300
Venezuela	800
Bélgica/Luxemburgo	300
Espanha	200
Canadá	700
Coreia do Sul	500
Bahamas	1.000
Colômbia	400
África do Sul	300
Arábia Saudita	400

*Valores até outubro de 2005

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e banco Dresdner Kleinwort Wasserstein